

## A FONTE ORAL COMO ARQUIVO VIVO DA DITADURA

Silvania Rubert<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo relata algumas considerações construídas a partir de entrevistas realizadas com familiares de desaparecidos políticos, com o objetivo de abordar o tema do luto sem a presença do corpo; bem como a importância da fonte oral para a construção da referida temática. A utilização do depoimento e relatos como fonte de pesquisas possibilita a construção de visões diferenciadas, a partir da ampliação da ideia de documento histórico, contribuindo para ricos e necessários estudos acerca do tempo presente. Com relação aos depoimentos coletados pôde-se observar que, para os familiares, a ausência de informações sobre o corpo ou mesmo sobre as especificidades das mortes atrapalham e/ou impedem a vivência de um processo saudável de luto.

**Palavras-chaves:** história oral; desaparecidos políticos; luto; Ditadura Civil-militar no Brasil.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

## A FONTE ORAL COMO ARQUIVO VIVO DA DITADURA

### 1. Introdução

O uso da fonte oral tem sido reconhecido e amplamente utilizado no que diz respeito aos temas desenvolvidos acerca da Ditadura Civil-militar no Brasil, que ainda produz muitas inquietações sobre suas características, especificidades e sequelas. Neste sentido, a fonte oral representa um arquivo vivo a ser utilizado na elucidação do referido período. Determinados temas nem poderiam ser pensados e trabalhados não fosse a disponibilidade dos depoentes em falar sobre acontecimentos vividos, permitindo que se amplie a noção das temáticas possíveis e, conseqüentemente, que se possa edificar uma construção mais fidedigna da história recente do Brasil.

Sequestros, prisões ilegais, torturas, assassinatos e desaparecimentos foram alguns dos crimes cometidos pela Ditadura Civil-militar de Segurança Nacional no Brasil. Porém, alguns crimes perduram até os dias atuais e ainda aguardam solução. É o caso da busca dos familiares dos desaparecidos políticos pelos restos mortais de seus entes queridos e também pelas informações sobre as suas respectivas mortes. Segue a pergunta: onde estão? E segue a disputa pela construção da memória.

Esquecer, ou mesmo interpretar mal a história, é um fator essencial na formação de uma nação, motivo pelo qual o progresso dos estudos históricos muitas vezes é um risco para a nacionalidade. (...) Se não há nenhuma distinção clara entre o que é verdadeiro e o que sentimos ser verdadeiro, então minha própria construção da realidade é tão boa quanto a sua ou a de outrem, pois “o discurso é produtor desse mundo, não o espelho”. (HOBSBAWN, 1998:285-286)

Aqui se pretende construir algumas reflexões sobre como se dá o processo de luto dos familiares dos desaparecidos políticos -a partir da análise dos depoimentos coletados-, e permeado pela especificidade de não fazer parte deste processo a presença do corpo e dos milenares rituais ligados à morte. É preciso entender que a ação do Estado de Segurança Nacional é muito mais abrangente e atinge um espaço temporal mais amplo do que o período que vai de 1964 a 1985. Fato comprovado ao se constatar, através das entrevistas, que muitos familiares de desaparecidos políticos seguem sendo torturados pelas forças repressoras da Ditadura, que lhes nega o direito de enterrar seus entes.

A condição de desaparecido corresponde ao estágio maior do grau de repressão política em um dado país. Isso porque impede, desde logo, a aplicação dos dispositivos legais estabelecidos em defesa da liberdade pessoal, da integridade física, da dignidade e da própria vida humana, o que constitui um confortável recurso, cada vez mais utilizado pela repressão. (BRASIL: NUNCA MAIS, 1985:260)

Muitas informações sobre as mortes ou situação dos desaparecimentos foi passada e repassada através da oralidade. Quando algum preso político era liberado os demais gritavam seus nomes para que a informação pudesse ultrapassar os muros das prisões e as famílias pudessem saber que, pelo menos até aquele momento, o seu familiar estava vivo. O acesso à documentação oficial ainda não se deu de forma plena e irrestrita. Para este estudo foram feitas dez entrevistas na cidade de São Paulo, no mês de março de 2013, com familiares de desaparecidos políticos brasileiros. As entrevistas foram temáticas e o tema abordado foi o processo de luto, acrescido da especificidade da ausência do corpo, a fim de elucidar como

vivem ou viveram este processo. Para o presente artigo serão selecionados alguns trechos dos depoimentos coletados.

## 2. O uso da fonte oral

A geração que viveu mais intensamente os horrores das torturas, das prisões, dos sequestros, está viva e precisa ser ouvida, pois eles são portadores de uma riqueza histórica de valor simbólico imensurável. Muitos familiares de desaparecidos e mesmo integrantes dos movimentos contestatórios já faleceram sem ser ouvidos. Mas, para que eles sejam ouvidos, é preciso que alguém queira contar suas histórias, e aí entram os historiadores, cientistas sociais, pesquisadores e organizações civis que se empenham na construção da memória do período. Mais recentemente a Comissão Nacional da Verdade passou a representar uma esfera institucional de coleta de depoimentos e informações.

Quando o entrevistado se propõe a dividir com o historiador ou mesmo o cientista social parte de suas vivências, ele transmite, também, emoções. Estas podem ser traumáticas, ou mesmo um misto de positivas e negativas. Mas mesmo esta subjetividade que aflora na entrevista insere-se em um contexto mais complexo, pois o sujeito entrevistado faz parte de um nicho social e de um espectro amplo que engloba muitos espaços. Neste sentido, a relação constante e interminável entre o um e o todo permite que se observe, nos menores espaços possíveis, a atuação do Estado autoritário, o Terrorismo de Estado propriamente dito. Em cada destas microesferas pode-se perceber novas ou as mesmas nuances das ações de um Estado terrorista. O sujeito ‘daquele tempo’ carrega as marcas de um tempo cheio de inquietações. Ele é fruto e sujeito da correlação de forças, das instituições e das ideologias que se chocavam naquela demanda histórica.

Dentro da temática das ditaduras do Cone Sul, regimes recentes, boa parte das documentações foi perdida, muitas vezes propositadamente, ou seu acesso não está disponível aos pesquisadores. Os atores/testemunhas acrescentam cores difíceis de serem percebidas em um documento escrito institucional. Neste sentido, resgatar a memória e/ou vivências de pessoas envolvidas diretamente com o período em questão, é de suma importância para que lacunas historiográficas sejam preenchidas, a fim de se aproximar da gama de complexidades do tempo presente, que possui justamente a especificidade de relacionar-se com testemunhos vivos.

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos. (THOMPSON, 1992:17)

A subjetividade presente na história oral, outrora tão criticada, também se estende ao documento escrito, guardadas as diferentes proporções. Pode-se inferir, inclusive, que não exista produção humana que não seja dotada de uma dose de subjetividade. No livro *A voz do passado*, Thompson salienta que “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história” (1992, p.137), pois os depoentes passam de objetos a sujeitos do processo de construção historiográfica.

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na perspectiva de atingir a verdade oculta. Se assim é, por que não aproveitar essa oportunidade que só nós temos entre os

historiadores, e fazer nossos informantes se acomodarem relaxados sobre o divã, e, como psicanalistas, sorver em seus inconscientes, extrair o mais profundo de seus segredos? (THOMPSON, 1992:197)

A questão da necessidade de cruzamento das fontes também deve ser observada. Porém, em determinadas pesquisas, como a aqui exposta, por exemplo, a fonte oral, acrescida obviamente da bibliográfica, é suficiente para a construção do estudo. São fontes que contemplam muitas das especificidades do sistema autoritário nos campos mais privados em que o Estado agiu.

A história do tempo presente, perspectiva temporal por excelência da história oral, é legitimada como objeto da pesquisa e da reflexão históricas; na história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes, e a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes; a narrativa, a forma de construção e organização do discurso são valorizadas pelo historiador [...]. (CARDOSO & VAINFAS, 2012:172)

A produção da história oral exige muitos cuidados e dedicação por parte do historiador. É uma fonte que não está disponível em horário comercial, em um lugar fixo. O historiador precisa selecionar o público que mais pode colaborar para a elucidação do tema, deve fazer os contatos, o que demanda tempo e disponibilidade para até o entrevistado, que pode morar em outra cidade, estado ou país. O historiador deve estar preparado para ouvir além da fala, saber identificar os silêncios, reticências, bloqueios, a fim de que tenha uma visão mais ampla do sujeito que ali está. É um diálogo de sujeitos, dotados de suas subjetividades, e sem neutralidades. O sujeito-historiador ouve o sujeito-fonte, transcreve sua entrevista e a transforma em história, numa relação dinâmica e viva, assim como a própria história o é.

Os historiadores não ficam nem podem ficar do lado de fora de seu objeto como observadores objetivos. Todos nós estamos mergulhados nas suposições de nosso tempo e lugar, mesmo quando praticamos algo tão apartado das paixões públicas atuais quanto à edição de textos antigos. (HOBSBAWN, 1998:291)

A riqueza dos encontros que se dão pessoalmente entre pesquisador e entrevistado é imensurável. Ser recebido na casa, no trabalho ou mesmo em um local público, partilhar de momentos de convivência e sentir, mesmo que por poucos instantes, que adentramos na vida daquele que é colaborador das nossas pesquisas é algo extremamente valioso. Sentir a emoção vivenciada durante os relatos e poder, inclusive, inserir esta emoção no trabalho, entender os momentos em que o entrevistado se emociona e tentar entender os porquês é algo que não ocorre em uma entrevista escrita feita via e-mail, por exemplo. Quando estamos diante do entrevistado podemos alterar o plano inicial de perguntas, podemos criar novos caminhos de raciocínio que nos aproximem das temáticas que objetivam o trabalho. Tanto o entrevistado quanto o entrevistador ganham um rosto e daí se inicia uma proximidade necessária ao relato, uma proximidade que pode colocar o relator em situação suficientemente confortável para abordar questões traumáticas. Quem trabalha com temas sensíveis, com feridas abertas precisa estar sempre atento a isto.

E o que a entrevista documenta enquanto resíduo de ação? Em primeiro lugar, ela é um resíduo de uma ação interativa: a comunicação entre entrevistado e entrevistador. Tanto um quanto o outro tem determinadas ideias sobre seu interlocutor e tentam desencadear determinadas ações: seja fazer com que o outro

fale sobre sua experiência (o caso do entrevistador), seja fazer com que o outro entenda o relato de tal forma que modifique suas próprias convicções enquanto pesquisador (o caso do entrevistado). (ALBERTI, 2004:35)

Outra questão importante é oferecer um retorno ao entrevistado, manter contato constante – sempre que possível, bem como divulgar o resultado parcial ou final das pesquisas, a fim de que o entrevistado não funcione apenas como um instrumento de pesquisa, como uma fonte infinita de materiais. Antes de ser uma fonte infinita é uma pessoa que merece consideração, ainda mais, tendo em vista que sem a disposição destas pessoas em cederem seus relatos muitas pesquisas nem poderiam ser projetadas. A transformação do relato em conteúdo historiográfico satisfaz anseios tanto do pesquisador quanto do entrevistado, pois o mesmo também deseja, a partir do seu discurso, transmitir um conteúdo permeado de conotações e sentidos que são, também, políticos.

A questão da memória não é alheia à dinâmica política e aos jogos de poder. Tendo em vista que fazem parte da memória a construção de uma visão de sociedade, de si mesmo e de nação, ela carrega em si o jogo dialético travado pelos diversos setores sociais, e é permeada por fatores pessoais e psíquicos

## **2. Alguns relatos sobre as ações do Estado autoritário no Brasil e o processo de luto dos familiares**

A relação público-privado toma formas muito específicas em tempos autoritários. O individual e o coletivo, mais precisamente a inter-relação entre ambos, constituem um universo comum, dinâmico e rico. Nesta mesma linha está a história oral, que possui uma conexão muito estreita com o presente enquanto memória viva do mesmo. E ao se pensar em memória viva destacam-se os inúmeros trabalhos que vêm sendo produzidos sobre a Ditadura Civil-militar no Brasil, com objetivos comuns dentre eles reduzir os silêncios e as lacunas na produção da memória do tempo presente. A lógica do esquecimento sofre um grande golpe cada vez que os depoimentos permitem desvendar os crimes cometidos, nomear os algozes, e dar resposta às famílias. Contrapondo-se a lógica do esquecimento vem a da construção da memória – mas não qualquer memória-, pois

Para esquecer é necessário conhecer; se conhecemos, lembramos e se lembramos, exercendo o direito de opção, podemos esquecer. Só que este é o grande desafio dos familiares dos desaparecidos. Não se trata do que fazer para lembrar, mas de como agir se os fatos que conformaram o desaparecimento continuam sendo desconhecidos. Neste sentido, o esquecimento, a imposição de memórias recicladas ou o apagamento são parte do problema. Mas permanece uma questão anterior: como esquecer, reciclar ou apagar o que não se conhece? Os relatos pulverizados e os fragmentos da sobrevivência esboçam um cenário que ainda é um grande quebra-cabeça e onde faltam, ainda, muitas peças. Como foram desaparecidos? Quem decidiu pelo desaparecimento? Quem os desapareceu? Quem decidiu onde e quando? Quem viu? Quem sabe? Quem participou? <sup>1</sup>

A luta dos familiares dos desaparecidos políticos nunca chegou a ser uma demanda da agenda política do Estado brasileiro. O trabalho de desmemória orquestrado pelas instituições e setores apoiadores do golpe é combatido por aqueles que, mesmo após cerca de quatro décadas, ainda seguem a busca por informações que esclareçam as circunstâncias dos desaparecimentos.

O processo de luto é um processo de assimilação de uma perda. A perda pode ser um ente, uma situação social, uma fase da vida, um emprego, etc. Como todo processo psíquico

envolve fatores internos e externos. O processo de luto vivido pelos familiares dos desaparecidos políticos tem alguns fatores externos que são permeados por muitas especificidades que lhe conferem uma tônica patológica, tendo em vista questões como a ausência do corpo, a ação repressiva e totalmente desproporcional do Estado sobre uma única pessoa ou um grupo de pessoas, a falta de informações sobre os desaparecimentos e as mortes, o ônus colocado sobre os familiares que são os responsáveis por comprovar que o familiar desapareceu em instituições públicas ou por ação estatal, a luta por um atestado de óbito. Com relação aos fatores internos, Judith Viorst salienta que

Como lamentamos e como, ou se, nossa lamentação vai terminar depende do modo como sentimos nossa perda, depende da nossa idade e da idade de quem perdemos, depende de o quanto estamos preparados para isso, depende de como a pessoa sucumbiu à mortalidade, depende das nossas forças interiores e do apoio externo, e, sem dúvida, depende da nossa história – nossa história ao lado da pessoa que morreu e nossa história individual de amor e de perda. (VIORST, 1988:246)

A soma dos fatores externos e internos, inseridos no contexto de horror e violência traz ainda mais dor ao processo da perda, até pela desproporcional relação de forças estabelecidas entre o torturador e o torturado. Muitos choraram em silêncio por anos, sem poder dividir sua história com quem conviviam. Até a dor da perda e o processo de luto eram clandestinos.

### *2.1 Depoimentos*

O primeiro relato é fruto de uma entrevista realizada em 5 de março de 2013, com Crimeia Alice Schmidt de Almeida, da Comissão de Familiares, e ex-companheira de André Grabois, assassinado na Guerrilha do Araguaia. Sobre os desaparecidos e o luto assim coloca:

Essa questão do desaparecido ela é muito traumática, porque não é o habitual, quer dizer se a morte de um jovem choca, a morte sem o corpo é uma coisa muito mais chocante, porque ela cria uma expectativa de que pode não ser a morte, e eu acho que a Ditadura ao esconder, ao desaparecer com as pessoas ela buscou exatamente isso, tanto que a resposta do ministro Armando Falcão para os familiares era de que eles estavam foragidos, quer dizer, ao mesmo tempo em que alimentava essa esperança de vida também dava uma conotação depreciativa, quer dizer foragido, abandonou a família. Isso aumentou muito o sofrimento dos familiares, é uma coisa que não só na época teve esse efeito como persiste esse efeito, quer dizer, embora com o tempo a esperança de vida, de que estas pessoas estejam vivas se reduz muito, por outro lado, a sensação de falta, a falta de informação, como morreu isso aumentou com o tempo, por outro lado a gente tem algumas pessoas, jornalistas, que eu acho que falando a pedido dos agentes da repressão, eu só entendo dessa forma, [...] que diz que teriam guerrilheiros vivos, então isso é um eterno alimentar a expectativa e cada vez que essa expectativa é alimentada ela é alimentada com esse tom cada vez mais depreciativo. [...] Isso é uma bola de neve e que o Estado não faz nada para coibir, para colocar um fim nisso, eu não sei se isso é luto, eu para mim, isso é tortura, você perguntou como que a gente elabora o luto, a gente nunca, da forma como as notícias nos chegam e da forma como o Estado hoje democrático entre aspas, trata a questão, para mim é tortura, uma permanente tortura.

O filho de Crimeia Alice Schmidt de Almeida e André Grabois -João Carlos Schmidt de Almeida Grabois- não conheceu pessoalmente o pai, situação que vai além do tema do luto, como também demonstra outra dificuldade vivida pelos filhos que com poucos anos ou

meses de vida perderam seus pais assassinados pela Ditadura: como construir a figura de alguém com quem pouco se conviveu ou mesmo não se conheceu? Como se repara a um filho a ausência de convivência com o pai? Como se constrói a figura paterna? Em entrevista concedida em 11 de março de 2013, quando perguntado sobre como é não ter conhecido o pai, João Carlos diz: “eu tenho duas fotos. [...] As outras fotos a minha avó queimou”, por estar na clandestinidade. Como mensurar o tamanho do trauma de um filho que conhece o pai através de duas fotos, como é o caso de João Carlos? Muitas fotos foram queimadas a fim de não se deixar vestígios que pudessem implicar em repressão. Mas fotos também representam boas lembranças ou mesmo a construção da ideia de tempo passado, de vida vivida. Hoje João Carlos tem mais idade do que seu pai tinha quando faleceu, ele comenta na entrevista que nas fotos o pai dele é mais novo do que ele agora, e que fica mais difícil ainda construir essa imagem: “é o rosto que eu imagino”, diz ele. Com relação ao luto, João Carlos diz:

É um tema que realmente é complicado, [...] porque como meu pai é desaparecido político eu não penso muito no luto, eu penso mais na questão do resgate, na questão de resgatar o corpo, então eu acho que não está na fase do luto. É complicado. Eu sempre enxerguei ele como um desaparecido político, não como uma pessoa morta. Eu sei que ele está morto, mas eu acho que essa fase do luto a gente ainda não chegou. [...] o luto é você se despedir, você ter certeza de que a pessoa está tendo o seu descanso, então eu acho que para isso é preciso realmente finalizar essa etapa.

A fala demonstra uma situação comum entre os familiares de desaparecidos políticos: a dificuldade de se enquadrarem em um processo de luto pela incerteza sobre onde está o corpo, ou mesmo sobre a situação do desaparecimento e da morte. Existe a morte, mas ainda não se iniciou o luto, é um luto em suspenso, muitas vezes não simbolizado, e que não se acopla a esperada continuidade da vida. É como um hiato obscuro, fruto direto do Terrorismo de Estado.

Já o entrevistado Dimas Dias de Oliveira, irmão da desaparecida política Ísis Dias de Oliveira, coloca dois aspectos: o legal e o sentimental. No âmbito legal, o primeiro desafio foi conseguir o atestado de óbito para fins burocráticos. Já no quesito sentimental, o depoente salientou bastante a luta de sua mãe, Felíciaardini de Oliveira, pela busca de respostas. Ficou visível a vontade de mostrar que a mãe, enquanto viva, não mediu esforços para encontrar notícias sobre o ocorrido com sua filha, como se além de manter viva a memória da irmã, o depoente quisesse manter viva a memória da luta da mãe. Dimas, com relação ao aspecto sentimental, diz que “não tem como falar de tudo”, como se quisesse dizer que não existem palavras para nomear o tamanho da dor gerada pelo desaparecimento de sua irmã. A dor é tamanha que não pode ser simbolizada, traduzida em palavras. Dimas relata em entrevista realizada dia 19 de março:

A morte é uma coisa certa na nossa vida, das poucas coisas certas que a gente tem, mas quando morre uma pessoa querida, na nossa cultura, na nossa tradição, nos nossos usos e costumes, o que se faz? Então há algo, há um simbolismo todo de enterrar a pessoa, de saber que aquilo que era o nosso ente querido está ali, que o que resta deles está ali, foi o que aconteceu com todos os parentes nossos falecidos, menos a Ísis. Então há um sentimento de ausência terrível, terrível, o que é muito difícil a gente transmitir. Então, há a falta do corpo. Em termos práticos, em termos racionais, mas não é assim que a gente raciocina. Em certos assuntos, em muitos assuntos, esse assunto é sempre tratado de forma emotiva. Então há a falta do corpo da Ísis que, durante todos esses anos, foi uma incoerência, a falta do corpo, no entanto, foi sempre uma presença na mente de todos nós, principalmente da minha mãe.

No escritório onde foi realizada a entrevista, escritório do outro irmão de Ísis, José Carlos Dias de Oliveira, existe uma foto de Ísis e sua mãe que eles fizeram questão de me mostrar. O depoimento de Dimas permite perceber a dificuldade de falar sobre o seu próprio processo de luto, pois ressalta a dor e a busca de sua mãe, mas a sua dor pessoal quase não aparece. Aí se pode perceber mais uma forma de trauma: o filho acompanhar o sofrimento da mãe enquanto tem que digerir o seu próprio sofrimento. É como se o filho não se sentisse autorizado a sofrer diante do sofrimento de sua mãe, normalmente tido como maior, pois um pai enterrar um filho quebra a lógica natural da vida. No caso em questão, a mãe faleceu sem enterrar sua filha.

Essa presença da ausência, relatada como uma incongruência demonstra como a ausência do corpo se transforma em algo traumático, pois o processo de luto fica deficitário e, em seu lugar, fica a presença da dor, a presença de algo muito difícil para alguns familiares nomearem. Novamente sobre o seu próprio luto, o depoente diz que “é um luto vazio, é um luto sempre presente [...] muito complicado para a gente equacionar. Fica sendo quase um tabu a gente falar da Ísis”.

A cada relato ouvido, novas frentes de análise se criam e permitem perceber que as ações empreendidas pelo Estado ditatorial no Brasil ocuparam violentamente mais espaços do que se poderia mensurar há poucos anos. A brutalidade e o Terrorismo de Estado afetaram a vida de um número muito maior de pessoas, e ainda o fazem até hoje. É um trauma transgeracional, que afetou pais, irmãos, cônjuges e filhos, mas que segue afetando sobrinhos, netos e as diversas ramificações familiares, e até amigos.

Não bastasse a ausência de informações verdadeiras ainda existiam informações distorcidas, com o objetivo de distanciar os familiares das verdades dos fatos e das violências cometidas, o que aumentou o sofrimento dos familiares que foram atrás de pistas. Exemplo disto é o que relatou José Carlos Dias de Oliveira, ao dizer que um amigo da família disse que tinha quase certeza que Ísis estava trabalhando como guia turística na Inglaterra. A família se deslocou até lá e verificou a não veracidade da informação. José Carlos reitera:

Tem aquele primeiro momento da procura, da expectativa de encontra-la viva, ou presa. Depois teve o segundo momento que a gente quer saber o que aconteceu. Enfim, o tema é o luto sem um corpo. Esse luto não tem fim, ele começa, é uma novela sem fim, porque já faz quarenta e um anos, e a coisa é como se tivesse sido ontem, é um assunto que toda hora, toda semana, a gente por algum motivo participa. É um luto sem fim, é o resumo. A nossa expectativa é realmente que a gente saiba de uma fonte confiável o que aconteceu com ela, para a gente ir, se for o caso, até a revisão da lei de Anistia. Enfim, essa é a nossa expectativa.

Já Helenalda Rezende de Souza Nazareth, entrevistada em 20 de março de 2013, irmã de Helenira Rezende de Souza Nazareth, começou seu depoimento comparando o processo de luto vivido pela morte do seu pai – que classifica como “real” por ter visto o corpo- e pelo desaparecimento da irmã. O pai ela viu morto, foi ao enterro. Assim diz: “O luto nunca termina na realidade, mas o da Helenira não começou. [...] e no caso da Helenira a gente não teve esse impacto de saber o momento da morte, no momento da morte a gente não soube. Nós fomos saber seis anos depois”. E segue:

E o luto dela, na realidade, sabe quando parece que não aconteceu! Ele aconteceu no momento em que Genoíno falou que ela morreu, a gente teve aquele baque e tal, mas cadê o corpo e começou essa procura pelo corpo. Então, na procura você acaba não tendo aquele momento de falar: poxa, olha morreu mesmo! [...] Então cada vez que fala: “encontramos um indício”... Então, você tem aquele baque: “nossa a



minha irmã morreu mesmo”. [...] Se bem que seu sei que ela faleceu, mas... sabe aquele sentimento de, não sei como explicar isso, não existe um sentimento de dizer eu vi o corpo, é diferente dos outros pelos quais eu passei.

Helenalda diz que quando recebeu uma ligação de Crimeia Alice Schmidt de Almeida, em 1993, sobre uma ossada encontrada que poderia ser de sua irmã, foi como se tivessem telefonado e dito que a irmã tinha morrido naquele momento, mesmo este fato tendo acontecido mais de duas décadas após o desaparecimento de Helenira.

Ilda Martins da Silva, viúva de Virgílio Gomes da Silva, falecido em 29/09/1969, foi presa, separada de seus quatro filhos e exilou-se em Cuba por muitos anos. Indagada sobre o luto diz, em entrevista realizada em 11 de março de 2013:

Esse luto é uma coisa que não termina, é luto permanente. A gente está lutando para ver se encontra o corpo, os restos dele, os ossos. Já fizemos buscas com a Polícia Federal, já fez a busca no cemitério de Vila Formosa, que dizem que é lá que ele está enterrado, mas estamos esperando o resultado do DNA. Então quando der o resultado é que a gente vai ver se achou alguma coisa dele ou não. E agora a gente está na luta aqui com essa Comissão da Verdade [a do estado de São Paulo], que a Comissão da Verdade agora vamos ver se leva isso em frente e encontra não só ele, porque eu digo ele, mas são muitos desaparecidos, eu torço para que encontrem todos, porque são muitos desaparecidos. E a minha torcida é para encontrar ele e encontrar todos os que foram e lutaram e caíram pela luta e até hoje estão desaparecidos. E o luto é uma coisa que é eterna, isso nunca acaba. Sempre que tem uma homenagem dessas aí ou qualquer ato que tenha, é uma emoção muito grande, meus filhos choram, eu choro, é uma coisa que não tem jeito. A emoção é grande. E a tristeza mais.

A homenagem a que Dona Ilda se refere é o Prêmio Bete Lobo, entregue a mulheres que se destacaram na luta contra a Ditadura, no dia 11 de março de 2013, na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, onde ela foi uma das homenageadas. Indagada sobre a esperança de encontrar os restos mortais comenta que devido ao longo tempo e alto nível de deterioração dos ossos a avisaram que será muito difícil que isso aconteça. Sobre o que alteraria no processo de luto encontrar os restos mortais comenta que:

Mudar não muda nada. O luto continua a mesma coisa, porque encontra os ossos dele e não encontra ele. Ele desapareceu mesmo, é a mesma coisa, mas a gente pelo menos tem o lugarzinho dele, onde a gente pode ir lá fazer uma homenagem a ele, ter um lugarzinho certo da gente ir levar uma flor para ele, qualquer uma coisa. Ter um lugarzinho certo dele que hoje a gente não sabe onde que ele está. Isso daí é uma coisa que alivia um pouco, sabendo: Bom ele está enterrado aqui! A gente enterrou ele aqui, a gente fez o enterro dele e ele está aqui, não é como a gente não saber onde ele está e não foi a gente que enterrou. Foram eles que enterraram e a gente não sabe como que enterraram ele, como que foi a sepultura dele, não sabe nada. Então é uma coisa que muda de certo ponto, de certo ponto é a mesma coisa.

Como se pode perceber para alguns familiares encontrar os restos mortais não representaria substancial alteração do processo de luto. Isto pode se explicar a partir do entendimento de que o luto é um processo muito particular e singular. Para alguns, o processo já começou, mas não tem fim. Para outros nem começou, ainda está em suspenso.

Jocimar Souza Carvalho, filho de Joel José de Carvalho e sobrinho de Daniel José de Carvalho, que são desaparecidos na fronteira do Brasil com a Argentina, em julho de 1974, e também sobrinho de Devanir José de Carvalho, assassinado pela Ditadura em São Paulo,

salienta o aspecto da espera, acrescida da dúvida gerada pela não confirmação da morte como o pior de todo o processo, muito além do não saber onde seu pai e tio estão enterrados. Assim diz, em entrevista realizada em 16 de março de 2013:

O mais complicado de não apenas não se ter um pai, dele morrer quando você é criança, mas na circunstância disso ocorrer em função de uma ditadura, que cria uma pressão social, uma repressão sobre a família em geral dessa pessoa que morreu. A minha mãe, por exemplo, não sabia até que ponto ela corria risco ou não, ou eu que tinha um ano corria risco ou não por eu ser filho dele e de ser da família dos tios. Mas assim, o pior da ausência e da forma como ocorreu essa ausência e não se ter o paradeiro dele é principalmente pelas primeiras décadas, como no caso de uma criança, que era o meu caso na época, você conhecer o seu pai e fica para toda a família a expectativa de que a qualquer momento, apesar de passar cinco, dez, quinze anos ele pudesse aparecer. Então assim, a maior tortura é essa, não é necessariamente porque não se sabe onde foi enterrado, poderia estar vivo ainda. Mas a pior tortura é a expectativa de que você não sabe o que aconteceu exatamente e da ausência em si, você não tem a pessoa no seu dia-a-dia, eu não tive o meu pai e a minha mãe não teve o marido dela. Eles eram recém-casados. Então assim, a maior tortura é essa que se prorroga por anos. Se você sabe que a pessoa morreu logo de cara, você vai ter que seguir a sua vida com essa informação, agora quando você não tem essa informação lá no fundo sempre fica uma esperança.

Comenta, também, sobre o sofrimento dos avós que esperaram por muitos anos a volta dos filhos, ancorando suas esperanças na incerteza das mortes. E com relação aos restos mortais, diz que

Encontrar os restos mortais só serviria mesmo como prova do crime, porque particularmente se de repente alguém dissesse: não, ele está vivo em algum lugar, eles estão vivos em algum lugar! Não, é diferente, a gente vai atrás ver onde estão, como estão e o que pode ser feito. Já em termos de procurar os restos mortais para você poder fazer um enterro, isso é uma coisa para a gente até simbólica que não simboliza quase nada perto do exemplo que eles são, eu acho que isso é que tem que ser seguido.

Com relação às homenagens que podem ser feitas, salienta a importância de preservar a memória e os feitos dos desaparecidos, posição comungada por outros familiares.

Eu acho que em termos de fazer homenagem, a maior homenagem que você presta para essas pessoas é a memória que se preserva delas, seja em trabalhos que se fale do que elas foram, o que elas fizeram, e de que o exemplo delas sirva para alguma coisa para cada pessoa, para a formação de caráter de cada pessoa, ou seja dos filhos que ficaram, ou dos outros parentes que permaneceram. Isso é para mim a maior homenagem.

Laura Petit da Silva teve três irmãos desaparecidos: Maria Lúcia Petit da Silva, Jaime Petit da Silva e Lúcio Petit da Silva. O corpo de Maria Lúcia foi encontrado vinte e quatro anos após sua morte. Sobre o processo de luto, coloca em 20 de março de 2013:

O luto foi, eu acho que é uma coisa comum porque muito se tem falado sobre o processo de luto para os familiares dos desaparecidos políticos que é um luto incompleto porque a gente não tem o corpo, a gente não tem concretizado a morte, quer dizer fica uma coisa incompleta, que a gente fica na memória fica eternamente

a imagem da pessoa viva, aquele sentimento da volta, eu acho que durante muitos anos a gente esperou que eles voltassem e depois com o passar do tempo esse sentimento foi assim sendo frustrado porque a gente viu que não havia retorno e a gente pode dizer assim que quase que a certeza da morte, mas é uma coisa muito difícil.

“Quase a certeza da morte” não tem o mesmo significado que a certeza da morte. As pessoas não ficam quase mortas por quatro décadas. Esse conjunto de incertezas - como morreu, em que data morreu, onde está o corpo, quem o matou- traz uma conotação única ao processo de luto do familiar de desaparecido. E em muitos casos, como o de Laura Petita da Silva, são três mortes para serem processadas.

### **Considerações finais**

A coisificação do outro, empreendida pela brutalização institucionalizada, deve ser lembrada e relembrada. O resgate da presença do outro implica em resgatar, também, sua história, seu protagonismo, sua forma de inserção em determinado contexto. Logo, tal ação deve fazer parte da construção da memória coletiva da história do país -enquanto construção da identidade nacional- e pode constituir um fator positivo para um melhor entendimento da história recente e da democracia resultante desse processo histórico.

Como esquecer, ressignificar ou simbolizar o que não é conhecido? Como viver o luto sem a presença do corpo que é o símbolo da certeza da morte? Um atestado de óbito resolve questões legais e burocráticas, mas não dá a certeza da morte, pois não há corpo. Um atestado de óbito é simbólico, mas nem sempre esclarece aos familiares às situações, lugares e datas das corretas das mortes. Oferece algumas respostas, mas sonega outras inúmeras, inclusive os nomes dos torturadores e assassinos. A morte por si só já é traumática. Perder um familiar mexe com a estrutura psíquica e relacional das pessoas. Uma morte sem data, sem corpo e sem uma ‘causa certa’ piora imensamente a complexidade do trauma. Dimas Dias de Oliveira salienta que “o luto sem fim não é normal para a grande maioria das pessoas parece que quando você tem o corpo a coisa normalmente vai se encerrando”. Se o luto não se encerra, a dor não pode ser ressignificada e a pessoa fica impossibilitada de viver um processo de luto saudável.

A ausência de informações, ou mesmo a criação de falsas informações sobre o paradeiro dos desaparecidos, a não abertura dos arquivos, bem como a não criminalização dos torturadores e demais envolvidos com as atrocidades cometidas pela Ditadura Civil-militar - inclusive civis que patrocinaram ações e esquadrões da morte- contribuem imensamente para a construção da desmemória, ou seja, um tipo de memória que não conhece os próprios fatos que a constituem. No lugar das informações fica o silêncio e o estigma de revanchista para os que buscam por seus direitos.

Dentre as conclusões, viu-se que, os familiares dos desaparecidos políticos vivem em um luto que não cessa, e que representa a extensão das torturas empreendidas pela Ditadura Civil-militar, fato que excede o marco temporal do período e demonstra que enormes sequelas podem ser visualizadas na atualidade.

O esquecimento tem um sentido político, visível a partir do questionamento sobre o que se esqueceu ou o que deve ser esquecido. O relato do sobrevivente ajuda a quebrar os pactos de silêncio estabelecidos e reificados socialmente. Tendo em vista que cerca de 60% da atual população brasileira não viveu os tempos de Ditadura Civil-militar, tem-se aí mais um motivo para que se fale sobre, que se produzam estudos sobre o período, bem como exista uma tomada de posição dos parte dos educadores de História, que em suas práticas didáticas podem contribuir positivamente para a construção de novas memórias, menos amedrontadas e mais fidedignas.

---

*Notas*

<sup>1</sup> PADRÓS, Enrique Serra. Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: os desaparecidos políticos. *História em Revista* (UFPel). Pelotas, v.10, dez. 2004. Disponível em [http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia\\_em\\_revista\\_10\\_enrique\\_padros.pdf](http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_10_enrique_padros.pdf) -Acesso em 20 mai. 2013, página 5.

---

*Referências*

- Alberti, Verena. Ouvir contar 2004 Textos em História oral (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas).
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO 1985 Brasil: nunca mais (Petrópolis: Vozes).
- Cardoso, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo (Org.) 2012 Novos domínios da História (Rio de Janeiro: Elsevier).
- DOSSIÊ DITADURA: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil 1964-1985 2009 (São Paulo: Imprensa Oficial, IEVE).
- Ferreira, M. M. e Amado, J. (Org.) 1998. Usos e abusos da história oral (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas).
- Hobsbawm, Eric. Sobre história 1998 Tradução Cid Knipel Moreira (São Paulo: Companhia das Letras).
- Padrós, Enrique Serra. Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: os desaparecidos políticos. *História em Revista* (UFPel). Pelotas, v.10, dez. 2004. Disponível em [http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia\\_em\\_revista\\_10\\_enrique\\_padros.pdf](http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_10_enrique_padros.pdf) -Acesso em 20 mai. 2013.
- Ricoeur, Paul 1997 A Memória, a história, o esquecimento (Campinas: Unicamp).
- Thompson, Paul 1992 A voz do passado: história oral (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Viorst, Judith 1988 Perdas necessárias (São Paulo: Melhoramentos).